



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Das Sras. Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna)

Apresentação: 13/05/2025 15:36:48.200 - CASP

REQ n.41/2025

Requer a realização de audiência pública para tratar da precarização da segurança patrimonial nas Instituições Federais de Ensino Superior, e suas consequências.

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no artigo 24, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública em outubro de 2025 para tratar da precarização da segurança patrimonial nas Instituições Federais de Ensino Superior, e suas consequências, com a presença das e dos seguintes palestrantes:

1. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação (MEC);
2. Sra. Esther Dweck, Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos;
3. Sra. Cristina del Papa, Coordenadora Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA);
4. Sr. Antonildo Santos Pereira, Coordenador Geral do Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE);
5. Sr. Gustavo Seferian Scheffer Machado, Presidente Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES);
6. Sr. Reitor José Daniel Diniz Melo, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).



Câmara dos Deputados – Gabinete 642, Anexo IV - CEP 70160-900 – Brasília – DF. Tel: 61-3215-5642.

E-mail: dep.samiabomfim@camara.leg.br

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259163154600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

REQ n.41/2025

Apresentação: 13/05/2025 15:36:48.200 - CASP

JUSTIFICAÇÃO

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vêm enfrentando, nas últimas décadas, um processo crescente de precarização na área da segurança patrimonial. Esse cenário se agravou a partir da década de 1990, quando, sob o argumento de modernização do Estado, o governo federal iniciou uma reforma gerencial inspirada em modelos da iniciativa privada. A partir dessa lógica, funções antes exercidas por servidores efetivos passaram a ser terceirizadas, como é o caso da vigilância, cujo cargo foi extinto com a promulgação da Lei nº 9.632/1998.

Até meados da década de 1990, o número de vigilantes era compatível com as necessidades das IFES. No entanto, a expansão acelerada dessas instituições, especialmente após o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, resultou em aumento expressivo da população acadêmica, da infraestrutura e da circulação de bens públicos. Essa nova realidade trouxe desafios complexos para a gestão da segurança, que não foram acompanhados por investimentos proporcionais na recomposição do quadro de servidores da área.

A terceirização da segurança resultou em uma série de consequências negativas: alta rotatividade de trabalhadores, quebra da continuidade do serviço, e ausência de vínculo com a missão pública da universidade. Os vigilantes terceirizados, muitas vezes, não recebem formação adequada para atuar em ambientes educacionais que exigem uma abordagem específica, respeitosa e integrada com a comunidade universitária, composta por estudantes, servidores técnicos e docentes com perfis diversos.

Além disso, a convivência entre trabalhadores efetivos e terceirizados, muitas vezes realizando funções similares sob regimes distintos de contratação, gera uma dualidade perversa no ambiente de trabalho, com impactos sobre a motivação, a qualidade do serviço e o senso de pertencimento. A responsabilização com o patrimônio público e com os princípios da universidade pública tende a se enfraquecer quando o vínculo do trabalhador se restringe a uma empresa privada.

A ausência de uma política de segurança estruturada e adaptada à realidade das IFES compromete não apenas a integridade dos bens públicos, mas também a segurança das pessoas e o ambiente acadêmico como um todo. Instituições que se



Câmara dos Deputados – Gabinete 642, Anexo IV - CEP 70160-900 – Brasília – DF. Tel: 61-3215-5642.

E-mail: dep.samiabomfim@camara.leg.br

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259163154600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

propõem a produzir conhecimento, ciência e cidadania não podem conviver com modelos de segurança desconectados de sua finalidade social.

Dante da relevância do tema, torna-se imprescindível que a Comissão de Administração e Serviço Público promova uma audiência pública que permita debater com profundidade os impactos da precarização da segurança patrimonial nas IFES, com objetivo de contribuir para a formulação de políticas públicas que garantam segurança qualificada, valorização dos trabalhadores e fortalecimento do papel social das universidades públicas, motivo pelo qual pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala de Reuniões, 13 de maio de 2025.

Deputada SÂMIA BOMFIM
PSOL/SP

Deputada FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

Câmara dos Deputados – Gabinete 642, Anexo IV - CEP 70160-900 – Brasília – DF. Tel: 61-3215-5642.

E-mail: dep.samiabomfim@camara.leg.br

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259163154600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



* C D 2 2 5 9 1 6 3 1 5 4 6 0 0 *



Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

